

ROTEIRO DE TRABALHO

PARA O GRUPO TRABALHO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

DO ESTADO DO ACRE

SEPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Objetivos	3
2.1 Objetivo Geral:	3
2.2 Objetivos Específicos do Grupo de Trabalho:	3
3. Contextualização Estratégica para a Transição Energética no Acre	4
3.1 Matriz Energética do Acre após interligação de Cruzeiro do Sul ao SIN	4
3.2 Fontes de energia e participação atual das térmicas	4
3.3 Impacto na redução de emissões de GEE	5
3.4 Situação atual dos sistemas isolados e desafios remanescentes	6
3.5 Planos e iniciativas futuras	7
4. Alinhamento com Instrumentos de Planejamento Governamental	7
4.1 Agenda Acre 10 Anos (2023-2032)	8
4.2 Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	8
4.3 Plano Estratégico de Governo 2023-2026	8
4.4 Política Nacional de Transição Energética (PNTE - 2024)	8
4.5 Agenda 2030 e parcerias com PNUD/ONU	9
5. Etapas de Implementação	9
6. Cronograma	11
6.1 Recursos Necessários	12
7. Considerações Finais	12
8. Fontes de Consulta	12

1. INTRODUÇÃO

Este roteiro detalha o plano de trabalho para o Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo **Decreto Estadual nº 11.681, de 23 de abril de 2025**, com o propósito de diagnosticar, avaliar e propor medidas e políticas internas para a efetivação da transição e eficiência energética no âmbito da Administração Pública do Estado do Acre.

A administração pública estadual do Acre tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, liderando pelo exemplo e promovendo a mudança para um futuro mais sustentável. A elaboração deste plano considerou as características representativas do Acre: sua vasta cobertura florestal (superior a 85% do território), a matriz energética do estado após a interligação de Cruzeiro do Sul ao Sistema Interligado Nacional (SIN), situação atual dos sistemas isolados e os desafios remanescentes. A proposta considera ainda o firme compromisso do estado com a sustentabilidade e a governança ambiental.

Ademais, o histórico de políticas de conservação florestal sublinha a vocação do estado para energias limpas e sustentáveis.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Implementar um programa de transição energética justa na administração pública estadual do Acre, visando a redução do consumo de energia proveniente de fontes não renováveis, o aumento da utilização de energias renováveis e a promoção do desenvolvimento social e econômico sustentável.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO GRUPO DE TRABALHO:

Em conformidade com o Artigo 2º do Decreto, o GT possui as seguintes competências, que orientarão todas as suas ações:

Viabilizar estudos sobre boas práticas e medidas eficazes de transição e eficiência energética, buscando referências nacionais e internacionais adaptáveis à realidade acreana;

Analisar metodologias de fornecimento e produção de energia para promover a transição energética especificamente no patrimônio imobiliário do Estado, englobando todos os edifícios e instalações públicas;

Promover debates sobre as normas e regulamentações pertinentes à matéria, buscando aprimoramentos e sinergias com a legislação existente;

Promover a elaboração de normas técnicas visando o alcance de maior eficiência energética nas futuras obras e reformas da Administração Pública estadual;

Ponderar e indicar soluções para a diminuição da emissão de poluentes pela frota de veículos oficiais do Estado, buscando alternativas mais limpas e eficientes;

Adotar medidas para o levantamento e recadastramento completo das unidades consumidoras de energia elétrica vinculadas ao Estado, fundamental para um diagnóstico preciso.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO ACRE

3.1 MATRIZ ENERGÉTICA DO ACRE APÓS INTERLIGAÇÃO DE CRUZEIRO DO SUL AO SIN

O estado do Acre possui uma matriz elétrica marcada pela limitada geração local renovável e grande dependência de importação de energia de outros estados. Atualmente, a maior parte da eletricidade consumida no Acre é suprida via Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de linhas de transmissão de longa distância. A recente interligação do município de Cruzeiro do Sul ao Sistema Interligado Nacional (SIN), concluída em dezembro de 2024, marcou um ponto de inflexão na matriz elétrica do estado do Acre. Historicamente, grande parte do interior acreano dependia de usinas termelétricas a diesel operando em sistemas isolados, devido à ausência de conexão com a rede nacional. Cruzeiro do Sul – segunda maior cidade do Acre, com ~90 mil habitantes – era até então abastecida exclusivamente por geração a diesel, enfrentando desafios de suprimento e custos elevados. Com a nova linha de transmissão conectando Rio Branco a Feijó e Cruzeiro do Sul, essa dependência foi eliminada, trazendo energia mais segura, limpa e econômica para a região. Agora, apenas quatro municípios permanecem isolados: Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, todos de pequeno porte e difícil acesso.

3.2 FONTES DE ENERGIA E PARTICIPAÇÃO ATUAL DAS TÉRMICAS

Atualmente, a energia elétrica consumida no Acre é majoritariamente suprida pelo SIN, predominando fontes hidrelétricas e outras renováveis de alcance nacional, enquanto a contribuição local de térmicas a diesel tornou-se mínima. Antes da interligação de Cruzeiro do Sul, os sistemas isolados a diesel respondiam por uma parcela significativa da eletricidade do Estado – aproximadamente 214 GWh por ano, o que representava em torno de 20% do consumo anual acreano. Esse montante era gerado por Cruzeiro do Sul e demais localidades não conectadas, com Cruzeiro do Sul sozinho demandando cerca de 192,8 GWh/ano via diesel (potência de pico ~33,8 MW). Os quatro municípios isolados menores consumiam, somados, cerca de 21–22 GWh/ano, com cargas de pico individuais inferiores a 2 MW. Em contraste, a demanda de carga total do Acre ronda 245 MW atualmente, correspondendo a algo em torno de 1–1,1 TWh de consumo anual. Assim, a participação das térmicas caiu consideravelmente após a integração de Cruzeiro do Sul: de cerca de 20% para menos de 3% da matriz elétrica estadual, considerando que agora apenas os quatro municípios isolados consomem energia de geração diesel.

Conforme dados do Operador Nacional do Sistema (ONS) e da concessionária local, a integração de Cruzeiro do Sul agregou cerca de 20 MW de fornecimento adicional via SIN, substituindo geração local a diesel de capacidade equivalente. Com isso, 99% da população acreana passou a ser atendida por energia de fonte predominantemente renovável (hidráulica), reduzindo a dependência de usinas fósseis locais. De forma sucinta, a matriz elétrica do Acre hoje se caracteriza por:

Fontes renováveis (principalmente hidrelétricas via SIN) – ~97–98% da oferta de eletricidade. A energia chega por linhas de transmissão integradas ao grid nacional, que prioriza fontes sustentáveis. A região de Rio Branco e demais municípios interligados são supridos por essa energia de baixo custo operacional e baixa emissão de carbono.

Fontes térmicas a diesel (sistemas isolados remanescentes) – ~2–3% da oferta. Restrita aos quatro municípios isolados, operando em microssistemas locais. A potência instalada dessas

térmicas é de poucos megawatts no total (por exemplo, ~1,6 MW em Marechal Thaumaturgo, ~1,3 MW em Porto Walter, <0,7 MW em Jordão e Santa Rosa). O consumo conjunto dessas localidades é inferior a 0,03 TWh/ano, proporção desprezível frente ao consumo das áreas integradas.

Essa realidade contrasta fortemente com a de anos anteriores, em que diversas cidades acreanas – incluindo Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá – dependiam integralmente de geradores a diesel. Com a execução do programa “Energias da Amazônia” do MME e os investimentos da distribuidora Energisa, o Acre deixou de figurar entre os maiores consumidores de óleo combustível para geração elétrica na região Norte. A geração térmica passou a ser muito menos representativa no Estado: praticamente restrita a bolsões isolados de baixa demanda.

3.3 IMPACTO NA REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GEE

A substituição de geração a diesel por fontes mais limpas teve expressivo impacto positivo nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico estadual. Usinas termelétricas a óleo diesel não apenas são caras, como também altamente emissoras de CO₂ e poluentes locais. Em Cruzeiro do Sul, por exemplo, consumiam-se cerca de 6 milhões de litros de diesel por ano para atender à demanda energética local, gerando emissões proporcionais a esse volume de combustível fóssil. Alguns relatos técnicos indicam até volumes superiores (estimativas da Energisa apontam que a usina local podia queimar ~4,5 milhões de litros de óleo por mês, ou seja, ~54 milhões de litros anuais, operando próxima à capacidade máxima). De toda forma, com a entrada em operação da nova linha de transmissão, esse consumo deixou de existir, evitando a emissão de uma grande quantidade de CO₂ associada à geração térmica que foi desativada.

Em nível corporativo, o Grupo Energisa reportou que o desligamento antecipado de cerca de 20 usinas térmicas na Amazônia (incluindo Cruzeiro do Sul e várias outras localidades isoladas) permitiu evitar a emissão de ~539 mil toneladas de CO₂ por ano, superando a meta inicialmente estabelecida de redução de 505 mil toneladas anuais. Esse resultado foi atingido dois anos antes do previsto, graças à interligação de sistemas isolados como o do Acre, que faziam parte do plano de descarbonização da Amazônia Legal. No caso específico do Acre, a desativação da usina de Cruzeiro do Sul – uma das maiores da região Norte – representou sozinha uma grande fatia dessa redução, dado seu alto consumo de diesel. Além do CO₂, a eliminação dessas térmicas implica menos emissão de material particulado, NO_x, SO₂ e outros poluentes locais, melhorando a qualidade do ar e reduzindo chuvas ácidas e danos à saúde pública na região amazônica.

Adicionalmente, efeitos positivos climáticos e ambientais indiretos devem ser considerados. Ao reduzir a queima de combustíveis fósseis na Amazônia, mitiga-se o risco de desequilíbrio ambiental local; por exemplo, minimiza-se o transporte de diesel em longas distâncias (que por si só tinha impacto logístico-ambiental, como riscos de derramamento). A mudança também se alinha às políticas nacionais de redução de emissões e promoção de energias renováveis, reforçando a contribuição do Acre aos compromissos de clima do Brasil. Conforme destacado pelo MME, essa integração energética prioriza fontes mais sustentáveis e reduz a pegada de carbono da matriz regional.

É importante notar que a diminuição das emissões de GEE já ocorrida poderá ser ampliada no futuro caso os últimos sistemas isolados do Acre sejam também interligados ou convertidos para fontes limpas. Estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que a conexão de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Jordão à rede poderia evitar cerca de 94 mil toneladas de CO₂eq ao longo dos primeiros anos de operação (considerando o horizonte de amortização dos investimentos). Para Santa Rosa do Purus, cuja integração tem viabilidade econômica mais

desafiadora, a redução estimada seria de 39 mil toneladas de CO₂eq no período inicial de análise. Ou seja, no cenário de eliminação completa do diesel na geração elétrica acreana, haveria um benefício climático adicional mensurável, reforçando a importância de buscar soluções para esses remanescentes.

3.4 SITUAÇÃO ATUAL DOS SISTEMAS ISOLADOS E DESAFIOS REMANESCENTES

Conforme já exposto, após a interligação de Cruzeiro do Sul (e, conjuntamente, dos municípios de Feijó e Tarauacá, que estavam no mesmo eixo de transmissão), o Acre ficou com apenas quatro sistemas isolados de eletricidade. São eles: Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Esses municípios, geograficamente remotos, não possuem ligação rodoviária permanente com o restante do estado e são acessíveis apenas por via fluvial ou aérea. Tal isolamento físico implica que seu suprimento elétrico dependa integralmente de geradores a diesel locais, cujos combustíveis chegam por transporte de barco ou avião, com logística complexa e dispendiosa.

As características desses sistemas isolados atuais são:

Pequena escala de demanda: Juntos, os quatro municípios somam cerca de 40 mil habitantes e cargas de poucos MW. Dados do planejamento da operação 2024 indicavam demandas máximas na ordem de 1,3 a 1,6 MW em Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, e abaixo de 0,7 MW em Jordão e Santa Rosa. O consumo anual de cada localidade varia aproximadamente de 2,8 GWh (Santa Rosa) a 8,4 GWh (Marechal Thaumaturgo) – volumes modestos comparados às regiões já integradas.

Custo elevado de geração: Devido à escala reduzida e à logística desafiadora, o custo do kWh gerado a diesel é extremamente alto nesses locais. Estudos registraram que o custo da energia em certas comunidades isoladas da Amazônia pode alcançar R\$ 14.000/MWh. Esse valor é cerca de 70 vezes maior do que os custos de geração praticados em outras regiões do país. Esses valores resultam do transporte difícil de combustível, da operação de unidades geradoras ineficientes e da falta de economia de escala. Apesar disso, os consumidores locais não pagam esse custo pleno – ele é subsidiado via Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um encargo setorial nacional. Antes da interligação, a geração isolada de Cruzeiro do Sul custava aproximadamente R\$ 240 milhões por ano, montante coberto pela CCC e repassado a todos os consumidores brasileiros via CDE. Com a redução drástica do uso de diesel no Acre, esses subsídios também diminuem, mas nos quatro municípios remanescentes o custo por MWh continua muito acima da média.

Desafios de suprimento e qualidade: Além do custo, há desafios operacionais – entrega de combustível sujeita a cheias ou secas dos rios, restrições de armazenamento e riscos de desabastecimento. A qualidade do fornecimento nesses sistemas isolados tende a ser inferior, com maior ocorrência de quedas de energia, racionamentos ou uso de geração abaixo da necessidade para economizar combustível. A segurança energética dessas populações é menor, impactando serviços essenciais (saúde, saneamento, comunicações) e limitando o desenvolvimento local.

Para além dos desafios energéticos, importante registrar outras dificuldades relacionados à infraestrutura e às restrições econômicas do Estado. A baixa densidade populacional, as limitações geográficas e a vasta extensão territorial do Acre dificultam a expansão da rede elétrica convencional, tornando soluções de geração distribuída, como a solar fotovoltaica, mais viáveis. A limitação de recursos fiscais estaduais exige que as soluções propostas pelo GT sejam custo-efetivas e busquem ativamente fontes de financiamento externas (fundos federais, linhas de crédito nacionais e internacionais e parcerias público-privadas).

Todavia, o Acre possui um índice satisfatório de irradiação solar, conferindo-lhe grande potencial para projetos fotovoltaicos. Iniciativas como a da Vila Restauração, com a instalação de painéis solares e geradores a biodiesel, demonstram a viabilidade técnica e econômica. O potencial de biomassa também é relevante, dada a vocação florestal do Estado.

3.5 PLANOS E INICIATIVAS FUTURAS

Diante desse cenário, há duas frentes principais para solucionar ou mitigar a situação dos isolados: a interligação física ao SIN e a introdução de fontes renováveis locais (sistemas híbridos). No que tange à interligação, a EPE publicou em 2024 um estudo de viabilidade técnica e econômica para conectar os quatro municípios ao SIN. A análise indica viabilidade positiva para Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Jordão, com retorno do investimento em cerca de 5 anos via economia na CCC, enquanto para Santa Rosa do Purus o prazo de retorno seria maior (até ~16 anos). Apesar do longo prazo de retorno sobre o investimento, em Santa Rosa, o estudo ressalta benefícios qualitativos como maior confiabilidade no suprimento elétrico e redução de emissões locais, fatores que elevam a qualidade de vida e podem justificar a obra mesmo com retorno lento. A nota técnica da EPE sugere o uso do mecanismo de *sub-rogação da CCC* para financiar essas conexões – ou seja, utilizar antecipadamente os recursos que seriam gastos em combustível para custear a construção das linhas. Agora, cabe à distribuidora Energisa Acre detalhar os projetos e avaliar custos, tarefa que já está em curso com o recebimento prévio do estudo pela empresa. O MME, por sua vez, acompanha e fomenta esse processo, alinhado à política de integração e transição energética na região.

Enquanto as interligações definitivas não se concretizam, iniciativas de energia renovável descentralizada vêm ganhando espaço para reduzir a dependência de diesel nos isolados. Um exemplo emblemático é o projeto Vila Restauração, comunidade na região do Juruá atendida por um sistema híbrido com geração solar fotovoltaica e baterias. Implementado pela Energisa em parceria com instituições de P&D, esse projeto levou energia 24 horas a uma vila antes atendida precariamente por diesel, utilizando um sistema solar de ~50 kW que gera cerca de 232 MWh/ano, suprimindo grande parte da demanda local com fonte renovável. Projetos similares de microssistemas híbridos (solar + diesel + armazenamento) estão sendo avaliados para outras localidades remotas do Acre e Amazônia, tendo potencial de reduzir o consumo de combustível fóssil e os custos operacionais antes mesmo da chegada do linhão interligado. Contudo, esses projetos enfrentam seus próprios desafios (investimento inicial alto, manutenção especializada, logística de instalação em áreas isoladas). Ainda assim, representam um caminho promissor para descarbonizar e melhorar o fornecimento nos rincões não atendidos pela rede convencional.

Em suma, a situação atual dos sistemas isolados do Acre é a de pequenas regiões a diesel, com consumo reduzido, mas a custos altos, para os quais se buscam soluções permanentes. O desafio remanescente consiste em integrar completamente esses municípios – seja via expansão da transmissão ou via soluções renováveis locais – garantindo que 100% do estado tenha acesso a energia elétrica confiável, sustentável e a custos equilibrados. A transição energética para o Governo do Acre transcende a mera otimização de custos; é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do estado, profundamente alinhada aos seus planos de longo prazo e ao cenário energético nacional.

4. ALINHAMENTO COM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

4.1 AGENDA ACRE 10 ANOS (2023-2032)

A Agenda Acre 10 Anos, como principal plano de desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado, está estruturada em seis pilares estratégicos. O Plano de Transição Energética (instituído pelo Decreto Estadual nº 11.681/2025) alinha-se diretamente aos pilares da infraestrutura e da inovação e serviços públicos. Ao propor a modernização e sustentabilidade da infraestrutura energética estadual. Medidas previstas incluem a elaboração de normas de eficiência energética em futuras obras públicas e soluções para reduzir emissões da frota oficial de veículos, as quais tornam a infraestrutura governamental mais resiliente, eficiente e “verde”, em consonância com as metas da Agenda 10 Anos.

Por outro lado, a atuação do GT privilegia uma governança colaborativa, incentivando debates e parcerias entre agentes públicos e privados. O Decreto que criou o GT permite convidar representantes dos setores públicos e privados para contribuir nas reuniões, fomentando inovação em soluções energéticas e maior transparência na gestão pública. Essa abordagem atende ao pilar de inovação da Agenda, ao mesmo tempo em que aprimora serviços públicos (por exemplo, iluminação eficiente, energia confiável), em linha com a reforma administrativa voltada ao cidadão.

4.2 PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027

O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 do Acre, orientado pelo desenvolvimento sustentável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, prioriza eixos como Infraestrutura e Produção/Meio Ambiente. Seus dados e investimentos previstos em energia e sustentabilidade subsidiam o diagnóstico do GT de transição energética, que deverá ter suas propostas incorporadas nos próximos PPAs, assegurando continuidade e recursos para sua implementação.

4.3 PLANO ESTRATÉGICO DE GOVERNO 2023-2026

O plano estratégico estadual define os compromissos do governo em cinco pilares de desenvolvimento, dos quais destacam-se Produção, Meio Ambiente e Povos Indígenas e Infraestrutura. A transição energética contribui diretamente para esses pilares ao proteger o meio ambiente (redução de emissões e promoção de energia limpa) e modernizar a infraestrutura (expansão de redes elétricas inteligentes, uso de energias renováveis nas instalações públicas e promoção do uso racional da energia elétrica). Também criam um ambiente propício à inovação tecnológica e atração de investimentos verdes, metas que dialogam também com o pilar de *Ambiente de Negócios, Empreendedorismo e Inovação* do plano estratégico.

4.4 POLÍTICA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (PNTE - 2024)

Em nível federal, a Política Nacional de Transição Energética (PNTE) oferece um arcabouço estratégico para guiar a transição energética no Brasil. Lançada em 2024, a PNTE tem como meta mobilizar investimentos maciços (estimados em cerca de R\$ 2 trilhões em 10 anos) em energia limpa e tecnologias de baixo carbono, para articular ações setoriais e transversais, priorizando a redução da pobreza energética em áreas remotas do país. Do mesmo modo, o Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE) está sendo estruturado com eixos setoriais e transversais, enfocando desde indústria e transportes até combate à pobreza energética e um ambiente regulatório favorável a investimentos.

4.5 AGENDA 2030 E PARCERIAS COM PNUD/ONU

As iniciativas do Acre em transição energética também se conectam aos objetivos internacionais de desenvolvimento sustentável. Aspectos como energias renováveis acessíveis, eficiência energética e ação contra a mudança do clima são metas dos ODS (como o *ODS 7 – Energia Limpa e Acessível*, e *ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima*) e estão no cerne do plano de transição energética. Neste contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoia projetos subnacionais de desenvolvimento sustentável, fornece assistência técnica e promove a integração de políticas locais aos compromissos climáticos internacionais.

5. ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

O trabalho do GT será estruturado com a proposição de etapas a serem executadas em fases interdependentes: Diagnóstico e Planejamento, Implementação das Medidas e o Monitoramento e a Avaliação. A partir do disposto no decreto nº 11.681, são sugeridas as etapas e ações estratégicas a seguir:

Etapa 1: Diagnóstico e Planejamento

Objetivo Geral: Obter uma compreensão aprofundada do uso atual de energia e da infraestrutura existente na Administração Pública do Acre, identificando ineficiências, lacunas e oportunidades concretas de melhoria.

Ações Estratégicas:

Realizar inventário de todas as unidades consumidoras de energia da Administração Pública estadual (prédios administrativos, escolas, unidades de saúde, delegacias, etc.), incluindo as localizadas em sistemas isolados. (AGEAC)

Obter dados detalhados de consumo mensal e anual (em kWh para eletricidade e litros para combustíveis de geradores/frota) e os custos associados a cada unidade; (SEFAZ e AGEAC)

Mapear a frota oficial, consumo de combustível, padrão de uso e identificação de veículos prioritários para substituição; (SEAD e SEFAZ)

Pesquisar experiências exitosas em outros estados, com ênfase em soluções para regiões amazônicas e sistemas isolados; (SEPLAN, AGEAC e SEOP)

Revisar a legislação estadual, incluindo normativos e resoluções, identificando lacunas regulatórias e avaliando a necessidade de adaptação; (AGEAC, PGE)

Realizar reuniões técnicas com órgãos públicos, concessionárias e especialistas para validação dos dados iniciais; (SEPLAN, Casa Civil e GT)

Analisar as oportunidades para a utilização de energias renováveis, considerando as características geográficas e climáticas do estado. (AGEAC e SEOP)

Responsáveis: Todos os integrantes do GT sob a coordenação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre (AGEAC).

Produto esperado: Banco de dados consolidado com informações de consumo energético (kWh), custos e fontes de energia para cada unidade da Administração Pública e Relatório diagnóstico completo com potenciais de melhoria e oportunidades de inovação.

Etapa 2: Implementação das Medidas

Objetivo: Elaborar um plano de ações detalhado e estratégico, com metas claras, cronogramas realistas e responsabilidades definidas para a efetivação da transição e eficiência energética.

Ações Estratégicas:

Definição de metas de redução do consumo de energia e de aumento da utilização de energias renováveis como: recadastramento e validação das unidades consumidoras para garantir a precisão e atualização dos dados, implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios e instalações da administração pública, instalação de sistemas de geração de energia renovável nos edifícios e instalações da administração pública; (GT)

Definição de responsabilidades, prazos e recursos necessários; (GT)

Desenvolvimento de programas de capacitação para os servidores públicos; (SEAD)

Sugestão de mecanismos de financiamento para projetos de eficiência energética e energias renováveis. (SEPLAN)

Exemplos de Ações:

Curto Prazo (1 ano): Substituição de iluminação ineficiente por iluminação com tecnologia LED em prédios públicos prioritários; implantação de projetos-piloto de energia solar; redução de 10% no consumo de combustível da frota oficial.

Médio Prazo (3 anos): Expansão da energia solar para 30% das unidades públicas; substituição de 20% da frota por veículos híbridos ou elétricos; publicação de normas de eficiência energética para obras públicas.

Longo Prazo (3-5 anos): Alcançar 50% de energia renovável na matriz de consumo da Administração Pública estadual; eletrificar 50% da frota oficial; reduzir 30% das emissões de GEE.

Responsáveis: Todos os integrantes do GT sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN).

Produto esperado: Plano de Ação detalhado e Minuta de decreto ou portaria com as normas técnicas.

Etapa 3: Monitoramento e Avaliação (Contínuo)

Objetivo: Consolidar o plano final e estabelecer uma estrutura permanente de monitoramento e avaliação.

Ações Estratégicas:

Definir indicadores de desempenho que possibilitem o monitoramento do progresso das ações e do cumprimento das metas estabelecidas;

Propor a criação de um comitê permanente de acompanhamento, com participação da sociedade civil, inspirado no modelo do Fórum Nacional de Transição Energética;

Desenvolver estratégias de comunicação externa (transparência dos resultados e engajamento da sociedade) e campanhas internas de sensibilização e capacitação contínua dos servidores públicos.

Sugestão de indicadores:

Redução percentual no consumo de energia elétrica e combustíveis.

Percentual de energia renovável utilizada nas unidades públicas.

Redução de emissões de GEE no setor público.

Percentual de frota eletrificada.

Número de capacitações realizadas.

Economia gerada pelas ações de eficiência energética.

Responsáveis: Todos os integrantes do GT sob a coordenação da Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC).

Produto esperado: Quadro de Indicadores de Desempenho, Minuta de Plano de Comunicação e Minuta de mecanismo/decreto de governança para o monitoramento.

6. CRONOGRAMA

O prazo final para a entrega dos produtos sob responsabilidade deste Grupo de Trabalho é até 21 de julho de 2025. *

Fase	Período (dias)	Atividades Principais
Fase 1: Diagnóstico e Planejamento	1 – 30	Levantamento e recadastramento de consumo, análise de infraestrutura e frota, estudo de boas práticas e tecnologias, análise e proposição normativa inicial.
Fase 2: Plano de Ação	31 – 75	Definição de metas e estratégias (curto, médio, longo prazo), elaboração de propostas de normas técnicas, debates/consultas públicas, orçamento e fontes de financiamento.

**Fase 3: Monito-
ramento e Avali-
ação**

76 – 90

Consolidação do Plano de Ações final, definição de KPIs e mecanismo de monitoramento, elaboração do plano de comunicação e entrega dos documentos consolidados.

6.1 RECURSOS NECESSÁRIOS

A implantação do Plano de Transição Energética requer a articulação integrada de recursos financeiros, humanos e materiais. Do ponto de vista financeiro, será necessário mobilizar recursos do orçamento estadual, acessar linhas de crédito específicas e estabelecer parcerias com o setor privado. Em relação aos recursos humanos, a execução das ações dependerá de uma equipe técnica multidisciplinar, composta por servidores públicos capacitados e consultores externos especializados. Já os recursos materiais incluem a aquisição de equipamentos e insumos necessários à implementação das medidas previstas, como sistemas de geração de energia renovável, modernização da frota, infraestrutura de recarga elétrica e tecnologias voltadas à eficiência energética.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano de trabalho é um instrumento dinâmico, que deve ser adaptado e atualizado de acordo com as necessidades e os desafios que surgirem ao longo da implementação do programa. A transição energética justa é um processo complexo, que exige o envolvimento de todos os setores da sociedade.

A colaboração intersetorial, sob a liderança da Secretaria de Estado da Casa Civil, será o pilar fundamental para o sucesso. O engajamento com os órgãos da administração pública estadual e a busca pelo conhecimento de especialistas do setor serão igualmente importantes.

Os produtos entregues por este Grupo de Trabalho guiarão a Administração Pública do Acre rumo a um futuro energético mais sustentável, eficiente e alinhado aos objetivos de desenvolvimento de longo prazo do estado.

8. FONTES DE CONSULTA

Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Principal fonte de energia de cada estado do Brasil**. Disponível em: <https://www.site.abrhidro.org.br/post/principal-fonte-de-energia-de-cada-estado-do-brasil>

Cenário Energia. **Acre se conecta ao SIN: Nova linha de transmissão elimina uso de diesel e reduz R\$ 240 milhões nos custos de energia**. Disponível em: <<https://cenarioenergia.com.br/2024/12/17/acre-se-conecta-ao-sin-nova-linha-de-transmissao-elimina-uso-de-diesel-e-reduz-r-240-milhoes-nos-custos-de-energia/>>

Empresa de Pesquisa Energética. **EPE publica Análise de Interligação das 4 últimas áreas isoladas no estado do Acre**. Disponível em:

<https://www.epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/epe-publica-analise-de-interligacao-das-4-ultimas-areas-isoladas-no-estado-do-acre>

_____. **Identificação das Localidades Isoladas do Acre que podem Apresentar Benefícios Econômicos com a Interligação ao SIN.** Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-826/EPE-DEE-NT-023-2023-rev0%20-%20Localidades%20Candidadas%20%C3%A0%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Acre%20-vV.pdf>

Grupo Energisa. **Grupo Energisa conclui desligamento de 20 termelétricas e reduz em mais de 500 mil toneladas as emissões de CO₂ na Amazônia.** Disponível em: <https://www.energisa.com.br/noticias/energia-que-transforma/grupo-energisa-conclui-desligamento-de-20-termeletricas-e-reduz-em>

_____. **Relatório Anual de Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.energisa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade>>

Ministério de Minas e Energia. **Com início de operação, linha de transmissão no Acre reduzirá custos com energia elétrica aos brasileiros.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/com-inicio-de-operacao-linha-de-transmissao-no-acre-reduzira-custos-com-energia-eletrica-aos-brasileiros>

ONS – Operador Nacional do Sistema. **Plano Anual da Operação Energética dos Sistemas Isolados para 2024.** Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/RT-ONS%20DPL%200547-2023%20-%20PEN%20SISOL%202024%201.pdf>

WWF-Brasil. **Potencial de Aproveitamento de Energia Renovável no Estado do Acre.** Disponível em: <https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/9out16_rel_acre_completo.pdf>

*** Necessário ajustar o prazo do decreto para atender às etapas previstas.**